



“Two Kings of Uganda”: as relações entre a Church Missionary Society e o povo Baganda através do relato do Reverendo Robert Ashe, 1890*

Luis Frederico Lopes dos Santos**

p. 61-67

Introdução

Para este texto, selecionei um dos relatos missionários da Church Missionary Society, utilizado em minha pesquisa de mestrado pela Universidade Federal de São Paulo, Brasil, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Patrícia Teixeira Santos. Intitulado “*Two Kings of Uganda*”, o documento foi publicado no ano de 1890 e é de autoria do reverendo Robert Ashe. Nele, o missionário narra suas experiências durante o período entre 1882 e 1888, no qual esteve presente na missão da mesma Sociedade na colina de Kampala nos arredores de Mengo, capital de reino na época, atual território de Uganda.

Meu interesse é investigar as formas através das quais se construiu a narrativa com base nas experiências de contato com o povo Baganda e a estrutura social e política que o autor e seus contemporâneos convencionaram chamar de “reino” de Buganda. Procuro compreender os conflitos que se estabeleceram durante o processo que podemos chamar genericamente de enraizamento do cristianismo entre o povo Baganda, mas que concretamente deve ser buscado nas formas através das quais se estabeleceram as relações sociais entre missionários, nativos convertidos e o conjunto de chefias locais contrárias, indiferentes ou simpatizantes desta mesma fé.

Como indica o próprio título do relato, Robert Ashe se utiliza das figuras dos dois chefes máximos do reino de Buganda durante o período já destacado como o plano de fundo de sua narrativa. Segundo o próprio autor, tal chefe, o *kabaka*, na língua nativa, seria considerado por seus súditos uma figura divina e representaria em seu corpo

* Publicação póstuma da comunicação apresentada ao Colóquio Internacional Da Evangelização da África à África Evangelizadora” (Porto, Outubro de 2013).

** Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Estudante do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, onde desenvolvia a pesquisa de mestrado intitulada *Missionários nativos e nativos missionários. Alexandre Mackay, Robert Ashe e Alfred Tucker: A Church Missionary Society e seus afiliados como agentes históricos na formação do Protetorado em Uganda*. Faleceu em dezembro de 2014.

a totalidade de seu reino. Os dois *kabakas* em questão são Mutesa I, que governou o reino de 1856 a 1884, e seu filho Mwanga II, *kabaka* de 1884 a 1888 e de 1889 até 1897, quando foi deposto. Dentre essas duas figuras, para Ashe será Mwanga que terá um destaque maior, uma vez que o missionário conviveu pouco tempo com Mutesa e também porque foi o Mwanga que empreendeu a maior perseguição aos cristãos em seu reino, justamente no período em que Ashe lá residia.

A partir deste ponto, aproprio-me da narrativa de Robert Ashe para apresentar o que o autor descreve como a estrutura política do reino. Estou ciente de que tanto as analogias contextuais, como os termos utilizados para as descrições das unidades e cargos políticos, a exemplo das abstrações do “reino” e do “rei”, são simplificações do autor em sua tentativa de tradução cultural e que este processo pode distorcer o significado das estruturas locais. No entanto, me utilizarei destes termos, uma vez que foge ao escopo desta apresentação uma definição sociológica aprofundada dos termos nativos. O que interessa no momento são as relações entre este chefe máximo e seus súditos, com ênfase para os demais chefes e para os pajens da corte, assim como para os escravos. Divido esta apresentação em três partes com a finalidade de primeiramente expor o que Robert Ashe descreve como a estrutural sociopolítica local, para assim poder interpelar a fonte a partir da seguinte pergunta: como o missionário em questão interpreta os massacres de cristãos nativos dos anos de 1885 e 1886 e como nesta interpretação estes se vinculam aos conflitos criados pela presença das missões anglicana e católica (no caso católico, os *Pères Blancs*, ou Padres Brancos) no reino desde sua chegada no ano de 1877?

A condição política de Buganda

Como já foi dito, mesmo que o relato trate de temas muito variados, é na figura social do *kabaka* que a narrativa se estrutura. O reverendo Ashe se utiliza da explicação sobre o processo de escolha de um novo *kabaka* para expor as relações sociais que observou dentro da elite Baganda. O *kabaka* seria eleito por uma assembleia dos maiores chefes do reino, os *Bakungu*, chamados pelo autor de “condes”, e outros chefes menores cujas denominações são diversas. Os condes eram os soberanos hereditários das quatro províncias do reino, que juntamente com a província da capital, sob a chefia do próprio *kabaka*, formavam as cinco unidades do reino. Os chefes menores ou subchefes são nomeados como lideranças dos diferentes “ofícios” ou grupos sociais ligados à corte e ao rei, como, por exemplo, o chefe dos escravos, o chefe dos guardiões dos portões e o chefe das marchas de guerra. Cada conde possuía sob seus serviços, assim como rei, um grande número de subchefes. Além destas duas categorias de chefia, Ashe ainda descreve outros cargos mais ou menos importantes que irão se ligar à corte do *kabaka* e aos concelhos das províncias. Dentre todas as nomeações que o novo rei realiza se destacam os chefes escolhidos para constituir seu conselho particular, chamado *Lukiko*, e dentro deste o cargo de maior confiança e poder depois do próprio rei, a saber, o *Katikiro*, associado por Ashe à função de Chanceler ou Primeiro Ministro. Após expor seu entendimento do processo de constituição do panorama político de Buganda, o reverendo expande sua caracterização desta sociedade ao incluir em sua análise a ideia de classes sociais. Segundo o missionário, a sociedade em questão se

dividiria em três classes principais com características próprias. O critério de separação destas seria a posse de terras, por um lado e a posse da liberdade por outro. Sendo assim, a classe mais poderosa eram os chamados *Bataka*, nome cujo significado literal é "o povo do solo". Ashe se refere a eles com termos da história econômica e política europeia, caracterizando-os como a antiga *gentry* proprietária de terras, e ao mesmo tempo como uma classe de senhores feudais, detentores de diversos privilégios em relação aos seus súditos. Os *Bataka*, segundo o autor, possuíam poder absoluto de vida e morte dentro de suas propriedades, chamadas de *sazas*, além de possuírem cargos de chefias locais hereditárias e, portanto, serem os responsáveis pela cobrança dos impostos em nível local.

A segunda classe em importância eram os *Bakopi*, ou camponeses. Eles geralmente se ligavam a algum mestre ou chefe local, possuindo, no entanto, o direito de servir a quem eles bem entendessem. Segundo o reverendo, alguns *Bakopi* se tornavam também chefes, principalmente quando seu pai já havia se destacado em cargo de chefia, quando sua mãe possuía uma alta posição na hierarquia local ou então quando se destacavam por suas qualidades pessoais. É importante destacar que quando os filhos dos *Bataka* e dos *Bakopi*, observadas as diferenças apontadas, eram identificados como chefes em potencial, eles assumiam primeiramente a posição de pajens seja na corte do *kabaka*, seja nos conselhos dos demais chefes. Os pajens caracterizavam um grupo social específico e assumiam as mais variadas funções dentro das chefaturas, não possuindo, no entanto, nenhum cargo ou poder político, que só seria alcançado com a maturidade e apenas por aqueles que mais se destacassem.

A classe mais baixa na escala criada por Ashe era a dos *Badu*, ou escravos. Estes se caracterizavam por não possuírem nenhum direito. Segundo o autor, seus corpos e sua castidade não lhes pertenciam e estavam sempre expostos ao abuso de seus mestres assim como suas vidas poderiam ser tiradas sem necessidade de qualquer explicação.

A visão do estrangeiro como suspeito

Após este breve escrutínio das formas de organização social feito por Ashe e apresentado aqui, podemos entender melhor os conflitos que a chegada dos missionários ocasionaram e a desconfiança nascida em torno da figura do europeu, assim como de outros povos estrangeiros. Robert Ashe aponta dois caminhos de interpretação para explicar o que ele chama de "caráter suspeito" do povo Baganda, e, principalmente, dos *kabakas*, em relação aos estrangeiros. Primeiramente o autor aponta para a força simbólica de uma antiga profecia corrente em Buganda de que este país seria conquistado por um povo vindo do leste. Ele afirma ser esta a causa da grande "inveja" com a qual eles olham para os estrangeiros que desejam sair de ou vir para Buganda daquela direção. Até o momento não busquei outras fontes que me permitam tentar dimensionar a importância que os nativos davam a esta profecia. No entanto, o que é possível afirmar é que Ashe narra esta "superstição" de modo a infantilizar os Baganda. Todavia, o autor logo em seguida sugere uma segunda alternativa para a suspeita em relação aos estrangeiros, a saber, o fato de que os europeus, assim como os egípcios, estariam, de diferentes formas, visando Buganda como rota de comércio ou de passagem.

Esta interpretação demonstra, inclusive para o próprio autor, o poder dos nativos, de perceber as mudanças sociais a sua volta, entender ou inferir que tais mudanças

podem interferir na manutenção de seu poder local e, portanto, tentar se proteger delas ou até reagir contra elas. Um pequeno fragmento de diálogo sobre o assunto pode ilustrar tal percepção. Neste, o *kabaka* Mutesa, em conversa com Alexander Mackay, missionário leigo companheiro de Ashe na missão, afirma o seguinte: “Eu sei que vocês, homens brancos querem muito ver o que há depois de Busoga, mas eu nunca permitirei isso”. Ashe aventa a possibilidade, muito pertinente, de que o monarca pretendia, na realidade, evitar que os europeus chegassem às reservas de marfim encontradas naquela região e as transportassem por outra rota que não por Buganda, fazendo com que este reino perdesse as vantagens que tirava deste comércio. No entanto, o argumento de Ashe, apresentado no relato através dos diálogos que realizou com Mutesa, Mwanga e outros chefes, está centrado na necessidade de uma distinção clara entre o caráter da presença missionária no reino e as intenções de agentes imperiais que transitavam pela região, lembrando que no período tratado nenhum destes ainda havia se estabelecido, ou trazido exércitos para o reino. Todavia, o autor reconhece que os chefes locais tiveram diversos motivos para associar os missionários às forças do império. Nas suas próprias palavras:

“Era realmente natural que nós fôssemos vistos como agentes diretos e representativos de nosso país, já que os homens brancos de quem os Baganda possuíam algum conhecimento eram administradores ou governadores – Baker, Gordon, Emin. Mais ainda, a aproximação gradual do Egito pelo norte com seus poderosos pashas brancos era uma fonte constante de preocupação para o povo Baganda. Buganda foi, na verdade, ocupada por um tempo por tropas egípcias, e a bandeira egípcia foi hasteada por seu líder quase debaixo do nariz de Mutesa”².

Mesmo que as evidências, pelo menos aos olhos do Baganda, indicassem a relação intrínseca entre missionários, de um lado, e europeus e egípcios a serviços de seus respectivos governos, de outro, Ashe mantém sua postura ao afirmar que embora ligados por questões diplomáticas, os missionários possuíam um status diferente dos demais estrangeiros. Seu posicionamento, e a dificuldade de mantê-lo estão expressos em seu pedido de ajuda ao Consul Geral britânico da África Oriental, estabelecido em Zanzibar como fica claro na citação seguinte:

“(…) ele (o Consul) escreveu distintamente para Mwanga contando-o que nós éramos somente professores de religião e nada mais. Nós éramos os únicos ingleses em Buganda no período, e ele nos requisitou que pedíssemos a Mwanga para enviar cartas as quais ele mandou junto com nossa correspondência para Emin Pasha. Nós éramos, portanto o canal natural de comunicação entre desafortunado pasha no norte e a costa oriental, e assim a suspeita que havia mal adormecido foi novamente despertada, de que nós estávamos em conluio com os malvados “Batuluki” (Egípcios) do norte”³.

¹ “I know you white men want exceedingly to see what there is beyond Busoga, but I will never permit it” In Ashe, Robert P. *The Two Kings of Uganda*. St. Dunstan’s House, London, 1890, p. 112.

² “It was indeed natural that we should be looked upon as direct agents and representatives of our country, since the white men of whom the Baganda had any knowledge were rulers and governors – Baker, Gordon, Emin. Moreover, the gradual encroachment of Egypt from the north with her powerful white pashas was a constant source of alarm to the Baganda people. Buganda was indeed for a while occupied by Egyptian troops, and the Egyptian flag was hoisted by their leader almost under Mutesa’s nose” In *The Two Kings of Uganda*, p. 114.

³ “(…) he (the Consul) wrote distinctly to Mwanga, telling him that we were only teachers of religion and nothing more. We were the only Englishmen in Buganda at the time, and he requested us to ask Mwanga to forward letters which he sent with our mail to Emin Pasha. We were thus the natural channel of communication between

Tudo indicava, aos olhos dos *kabakas*, e principalmente de Mwanga, que reinou durante o período do auge da corrida para o interior da África pelas potências europeias, que os *Bazungu*, ou europeus, e os *Batuluki*, egípcios, tinham "(...) o propósito que aos seus olhos se tornava mais e mais evidente de dominar o país. Será visto que existiram muitas circunstâncias (...) combinadas para dar cor à crescente suspeita levantada pelos soberanos de Buganda"⁴.

Todos estes elementos se combinavam, portanto, para criar uma relação tensa entre os "homens brancos", fossem eles professores ou soldados, e os chefes nativos. No entanto, todos os elementos até agora extraídos das reflexões de Ashe são de origem externa à sociedade Baganda, enquanto o autor cita apenas um elemento que pode ser considerado interno, a saber, a própria educação oferecida pelos missionários. Tal instrução pode ser considerada um fator interno, pois foi produzida em conjunto entre os agentes da missão e os nativos que a procuraram. Ashe relata que os métodos missionários eram vistos com perigosos, uma vez que eles estavam dispostos a ensinar os "*balenzi*", ou garotos, na sua maioria pajens, e os "*badu*", escravos. O perigo residia no fato de que muitos de seus alunos eram jovens aristocratas que no futuro seriam poderosos chefes e se reuniriam em torno da missão para ouvir o que os missionários tinham a dizer e para ler os livros que eles indicassem. Os escravos dados de presente ou comprados e alforriados pelos missionários causavam uma preocupação menor aos chefes, não deixando de incomodá-los, no entanto, o fato de que estes europeus estavam aos poucos se constituindo como força capaz de interferir no comércio de pessoas, a muito estabelecido no reino.

Convertidos e mártires Baganda

Para compreender melhor a dimensão que o processo de cristianização tomou no reino, e, principalmente, para compreender o que, na interpretação de Ashe, levou o *kabaka* Mwanga a matar diversos cristãos, dentre os quais muitos chefes e subchefes, é preciso primeiramente averiguar como o reverendo caracteriza este rei e como ele descreve sua forma de agir em relação aos seus súditos.

Ashe apresenta Mwanga sempre como um tirano, um rei que muda constantemente de opinião e procura culpados para seus próprios infortúnios. Há também um tom de deboche presente na descrição de um rei fútil, orgulhoso e até mesmo infantil. No entanto, a característica mais marcante deste soberano seria a grande suspeita que ele nutria em relação a todos em seu reino, inclusive a vários dos chefes escolhidos por ele mesmo. Para ilustrar sua afirmação, Ashe descreve um episódio em que o rei teria agido de maneira traiçoeira para com Alexander Mackay. Mwanga teria dado ordens para que Mackay levasse uma canoa a um ponto específico do lago, ao mesmo tempo em que teria dado outra ordem ao carrasco da corte para matar o missionário quando este chegasse ao local marcado. Mackay, entretanto, foi informado, entre outros, pelo

the beleaguered pasha in the north and the east coast, and so the suspicion that which had hardly slumbered was again awakened, that we were in league with the dreaded "Batuluki" (Egyptians) from the north". *In The Two Kings of Uganda*, p. 120.

⁴ "(...) a purpose which to their eyes became more and more evidently that of seizing the country. It will be seen that there were many circumstances (...) combined to give color to the growing suspicious entertained by the rulers of Buganda". *In The Two Kings of Uganda*, p. 115.

próprio *katikiro* e consegue fugir da armadilha, saindo do reino logo em seguida para esperar os ânimos se acalmarem. Ao voltar, faz uma visita ao *kabaka* e lhe questiona sobre o porquê da tentativa de assassinato. Segundo Ashe, o rei se surpreende com a pergunta e deseja saber quem lhe passou esta informação. O assunto é levado até um juiz da corte que se vê obrigado a dar ganho de causa ao missionário. Esse episódio revela que as redes de relações interpessoais criadas pelos missionários através do aumento do número de pupilos e batizados, mas também através das boas relações entre os cristãos algumas figuras da corte não necessariamente simpatizantes da nova religião, como é o caso da amizade entre Mackay e o *katikiro*, começavam a interferir de forma concreta em uma prerrogativa real que Ashe considera central na corte Baganda, a saber, o poder do *kabaka* de dispor, dentro de limites sociais definidos, da vida e das ações de seus súditos e de seus convidados.

Mackay e Ashe foram perseguidos e ameaçados diversas vezes, no entanto, a não ser pelo caso descrito acima, Ashe dá a entender que devido ao fato de serem europeus e serem convidados, por mais que Mwanga desejasse suas mortes havia o receio de que estas poderiam despertar o ódio dos ingleses, os quais ele sabia que possuíam um grande poderio militar instalado na costa oriental, não tão longe de Buganda. Já os nativos convertidos ao cristianismo, ou mesmo os que ainda não haviam sido batizados, mas frequentavam as aulas de leitura na missão desrespeitando as ordens do rei, não mereceram tal cortesia. Em 1885, Mwanga ordena a prisão e a morte na fogueira de diversos garotos cristãos, dentre eles alguns ex-escravos alforriados por Mackay e Ashe. No entanto, é no mês de maio de 1886 que a situação atinge seu estopim, naquilo que Ashe nomeia o “ato de coroação da cruel tragédia” que se abateu sob os cristãos do reino. Do início ao fim deste mês se deu a prisão, a mutilação e o espancamento público de vários cristãos, culminando com a construção de uma pira na qual foi amarrado mais de trinta nativos, tanto anglicanos, quanto católicos e queimados vivos. Este acontecimento suscita diversas discussões, mas para o momento gostaria de destacar o fato de que tal perseguição não seguiu uma única lógica, mas esteve repleta de conflitos que precisam ser averiguados. Como afirma Ashe, existiram chefes proeminentes de dentro da corte do *kabaka* que foram mortos por assumirem sua fé; ao mesmo tempo existiram pajens também cristãos confessos que receberam punições severas, mas foram poupados. Outro detalhe interessante é o fato de que existiram pajens e chefes punidos, entretanto poupados e que alguns anos depois receberam altos cargos na corte. Podemos citar dois exemplos significativos. O primeiro é o caso de Nyonyi Entono, chefe influente da corte de Mwanga que foi mutilado publicamente, e, no entanto, receberá mais tarde o título de *katikiro* pelas mãos deste mesmo rei. O outro é o caso de Apolo Kwaga, pajem a quem Mwanga agrediu pessoalmente, mas que não foi morto. Apolo, no entanto, se difere de Nyonyi, uma vez que alguns anos depois lutou ao lado dos ingleses para depor este rei e colocar no trono seu filho.

A passagem que descreve a discussão entre Mwanga e Apolo ainda nos traz outro elemento relevante. Segundo Ashe, o rei não pergunta ao pajem se ele é cristão, mas sim se ele é leitor, ao que o súdito responde “sim, eu leio, meu Senhor”. Mais do que saber se esta foi realmente a frase proferida no momento, é importante notar a ênfase que Ashe lhe atribui e o orgulho que ele lhe imprime. Entendo que mesmo Ashe compreendia que o que era designado como “verdadeira conversão”, ou seja, a fato de acreditar piamente nos ensinamentos do evangelho, não estava presente em todos os

nativos que se ligaram à missão. Não estou afirmando que esta entrega total à fé não fosse um fator importante neste processo, mas sim que o fato de saber ler o evangelho e outros textos religiosos apresentados pelos missionários se constituiu em si mesmo uma forma de identificação que ligava pessoas de diferentes grupos sociais e acabou por criar novos grupos reunidos em torno da experiência comum de contato com a missão. Portanto, posso afirmar que a "conversão" ao cristianismo funcionou como uma via de mão dupla fazendo que alguns procurassem a missão e se encantassem com os ensinamentos ali pregados, enquanto outros antes de procurar compreender as lições do evangelho buscassem na associação com este novo grupo social em formação uma forma alternativa negação do poder absoluto do *kabaka*.

Para além desta identificação com as novas convicções religiosas, ou mesmo através delas, chefes Baganda que tinham seu poder limitado pelo *kabaka*, e também súditos sem posição política ou mesmo ex-escravos, se apropriaram das novas condições sociais e lutaram para garantir seus direitos à propriedade ou à liberdade em um reino em plena metamorfose política. A interferência dos egípcios, dos árabes e dos europeus, mesmo que a destes últimos ainda fosse pequena neste período, alteraram rotas de comércio e inseriram novos agentes sociais na rede Baganda. Ao mesmo tempo, internamente, a conversão de chefes ao Cristianismo e também ao Islã criaram novos significados e novas obrigações que, neste período, estavam em processo de integração às práticas de poder Baganda⁵.

Por outro lado, é inegável que a filosofia cristã pregada pelos missionários tenha de fato cativado uma parcela significativa dos Baganda uma vez que diante da morte certa muito foram capazes de afirmar sua fé. Neste ponto, concordo com o historiador John Taylor⁶, que afirma que a forma violenta da perseguição destes anos reforçou a fé e o compromisso com a missão daqueles cristãos que sobreviveram e foi um dos motivos para o grande aumento de convertidos que se deu no período subsequente.

Referências bibliográficas

Ashe, Robert P. (1890), *The Two Kings of Uganda*. St. Dunstan's House, London.

Hanson, Holly Elisabeth (2003), *Landed Obligation: the practice of power in Buganda*. Heinemann, Portsmouth, NH.

Taylor, J. V. (1958), *The Growth of the Church in Buganda*. Londres: S.C.M. Press.

⁵ Hanson, Holly Elisabeth (2003), *Landed Obligation: the practice of power in Buganda*. Heinemann, Portsmouth, NH.

⁶ Taylor, J. V. (1958), *The Growth of the Church in Buganda*. Londres: S.C.M. Press.